



UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “SC RURAL” E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS: O CASO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC

Andressa Sanssanoviez¹
Marcio Gazolla²
Marcos Junior Marini³

RESUMO

A venda direta de alimentos entre produtores e consumidores tem ganhado destaque nos últimos anos. Essa forma de interação em espaço de feiras busca o resgate da procedência dos alimentos, além da valorização de aspectos culturais, socioeconômicos e ambientais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a contribuição do Programa SC Rural e das políticas públicas locais para a consolidação do espaço da feira da agricultura familiar, no Município de Xaxim/SC. A metodologia consistiu na coleta de dados secundários e entrevistas semiestruturadas, realizada com feirantes, consumidores e atores públicos envolvidos no processo de construção da feira. A pesquisa verificou que o SC Rural e as políticas públicas locais tiveram papel fundamental na consolidação do centro de comercialização de produtos da agricultura familiar. Os resultados da feira têm beneficiado não somente agricultores, como também os consumidores que visualizam a feira como uma alternativa frente ao sistema agroalimentar dominante de comercialização de alimentos. Além disso, a feira apresenta-se como um novo espaço de construção de práticas sociais de desenvolvimento local e rural.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Cadeias Curtas. Desenvolvimento Rural.

¹Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Pato Branco. Pato Branco. Paraná. Brasil. E-mail: andressajornalista27@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9337-6263>

²Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Pato Branco. Pato Branco. Paraná. Brasil. E-mail: marciogazolla1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

³Doutor em Tecnologia. Professor no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Pato Branco. Pato Branco. Paraná. Brasil. E-mail: marini@utfpr.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2539-0335>

AN ANALYSIS OF THE "SC RURAL" PROGRAM AND LOCAL PUBLIC POLICY: THE CASE OF THE FAMILY AGRICULTURE FAIR OF THE MUNICIPALITY OF XAXIM

ABSTRACT

The direct sale of food between producers and consumers has gained prominence in recent years. This form of interaction in fair space seeks the rescue of food origin, as well as the valuation of cultural, socioeconomic and environmental aspects. In this sense, the objective of this article is to analyze the contribution of the SC Rural Program and the local public policies for the consolidation of the space of the family agriculture fair, in the Municipality of Xaxim / SC. The methodology consisted of the collection of secondary data and semi-structured interviews, held with market participants, consumers and public actors involved in the process of building the fair. The research verified that the Rural SC and the local public policies played a fundamental role in the consolidation of the commercialization center of products of the familiar agriculture. The results of the fair have benefited not only farmers, but also consumers who view the fair as an alternative to the dominant agri-food system of food marketing. In addition, the fair presents itself as a new space for building social practices of local and rural development.

Keywords: Public Policy. Family Agriculture. Short Chains. Rural Development.

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1980, as formas de produzir e consumir alimentos foram se globalizando e cada vez mais, através de sistemas agroalimentares desenraizados dos locais e perdendo suas ligações com as bases naturais de produção-consumo. Nos últimos anos, o Brasil tem se inserido cada vez mais no sistema agroalimentar global, essa dinâmica envolve cadeias longas, onde os alimentos acabam se tornando produtos da indústria, de grandes grupos econômicos, de varejistas e atacadistas globais. Além disso, os sistemas agroalimentares têm-se oligopolizado economicamente e circulado alimentos que são definidos como insustentáveis ambientalmente. Nas cadeias agroalimentares longas a interação entre o produtor e o consumidor é praticamente inexistente, dessa forma, o alimento perde seus atributos de identidade e procedência, deixando de ter vínculo com o local de produção-consumo (ERICKSEN, 2007; PLOEG, 2008).

A partir desse cenário brevemente exposto, cresce a busca por alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico e das cadeias alongadas de valor alimentar. Por dentro deste, surgem várias experiências, práticas sociais e algumas políticas públicas que visam mudar estas características acima discutidas. Uma das discussões de grande relevo na literatura internacional é o da reconecção dos agricultores com os consumidores a partir de cadeias curtas agroalimentares. As cadeias curtas buscam novas formas de interação entre produtor e consumidor, resgatando a procedência e identidade dos alimentos, além de trazer de volta o papel da qualidade alimentar, do local/território e dos atributos sociais e ambientais específicos dos alimentos e produtos (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

As feiras livres, como a investigada neste trabalho, podem ser conceituadas como um tipo de cadeia curta, pois as transações econômicas e as relações sociais são de proximidade espacial e social, o que a literatura tem denominado de *face a face*. Neste tipo específico de mercado alimentar diferenciado, geralmente prevalecem contatos mais diretos entre agricultores e consumidores, padrões ‘superiores’ de qualidade dos alimentos e atributos sociais como, por exemplo, a confiança como base de construção do mercado alimentar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Silvestre, Calixto e Ribeiro (2005, p. 7), afirmam que as feiras “além de ser o lugar das vendas, é também do encontro, da articulação política e sindical, de amizade, de reprodução da identidade e da cultura [...]”. Em muitos locais, as feiras são os principais meios de comercialização dos agricultores e uma estratégia de reprodução social que lhes gera mais autonomia, do que outros tipos de mercados e cadeias alongadas.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar a contribuição do programa SC Rural e das políticas públicas locais para a consolidação do espaço da feira da agricultura familiar, no Município de Xaxim/SC. A ideia básica do trabalho é evidenciar como o Programa SC Rural e as políticas locais (EPAGRI, Prefeitura Municipal e COAFAX) agiram estrategicamente e financeiramente para que o novo espaço alimentar da feira fosse constituído. Para dar conta deste objetivo acima, a metodologia da pesquisa consistiu na coleta de dados secundários de diversas fontes e na aplicação de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais (agricultores feirantes, consumidores e atores públicos das instituições supra mencionadas).

Estruturalmente, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção explora-se teoricamente os temas das políticas públicas para a agricultura familiar, das cadeias curtas alimentares e caracteriza-se o Programa SC Rural. Na segunda, apresenta-se brevemente a metodologia do trabalho. Na terceira seção discute-se e analisa-se os principais resultados que o Programa SC Rural e as políticas públicas locais alcançaram em relação a feira dos agricultores de Xaxim/SC.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO

O desenvolvimento de uma sociedade ocorre, em partes, por meio de decisões formuladas e implementadas pelos governos nacionais, estaduais e municipais, além de outros atores da sociedade. Essas decisões e ações constituem as chamadas políticas públicas. O conceito de política pública inclui dois elementos-chave: a ação e a intenção. Conforme Heidemann (2009, p. 30), “pode até haver uma política sem uma intenção formalmente manifestada, mas não haverá de forma alguma uma política se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito oficial ou eventualmente enunciado”. Para Souza (2006, p. 26), política pública é um campo do conhecimento que busca “[...] “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Neste sentido das ações e intenções das políticas públicas, quando analisa-se as mesmas para a agricultura familiar brasileira, Grisa e Schneider (2014) apontam para a emergência de três gerações. A primeira geração de políticas públicas para a agricultura

familiar apresenta um foco basicamente agrícola e agrário, direcionada ao crédito rural, seguro de preço e produção, política de assentamentos e reforma agrária. Essas políticas surgiram em meados de 1990 e continuam em vigor na atualidade. A pressão dos movimentos sociais através de protestos e reivindicações foram elementos importantes que contribuíram para a emergência da primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

Em meio a pressão dos movimentos sociais e das agências internacionais, em 1994, foi lançado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Dois anos depois, em 1996, o PROVAP foi reformulado e substituído pelo Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). O PRONAF aparece como um instrumento governamental com o objetivo de aumentar as chances de investimento dos agricultores familiares, permitindo a geração de renda e melhores condições de vida no rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

A partir de 1997, as políticas para a agricultura familiar se voltaram para um novo foco, as ações sociais e assistenciais, configurando, o início da segunda geração de políticas públicas para este segmento social. O primeiro passo foi a criação da linha Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF, que tinha o objetivo de dar apoio a infraestrutura dos municípios. Além disso, destacam-se o Programa Garantia Safra, Programa de Habitação Rural (PNHR), PRONAF Custeio e Investimento e Programa Bolsa Família (PBF) (GRISA; SCHNEIDER, 2014)⁴.

Nessa geração, as políticas sociais e assistenciais tiveram repercussão sobre o desenvolvimento rural e são consideradas por diversos estudos como as responsáveis pela redução das desigualdades e taxas de pobreza no rural. As áreas mais pobres do Brasil tiveram melhorias em seus indicadores de desenvolvimento, por exemplo, o aumento de renda, que talvez não fosse atingido somente com ações agrícolas e agrárias como na primeira geração de políticas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Grisa e Flexor (2014) afirmam que a partir de 2002, atores até então marginais conseguiram abrir oportunidades para novas ideias e reivindicações na construção de políticas públicas para a agricultura familiar. Dentre estes novos atores, destaca-se aqueles atuantes nos temas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da agroecologia. Esse processo culminou com a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, tornando possível a construção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mudanças no Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

Atualmente, poderia-se formular a existência de uma quarta geração de políticas públicas para a agricultura familiar, em que o Estado se retira totalmente de alguns programas e outros possuem as ações e recursos reduzidos drasticamente. De acordo com Mattos (2017), a partir de 2016, tem início um processo de desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, com total ausência de diálogo com este segmento social, sendo a ação estatal mais emblemática a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Deste período em diante, a maioria das políticas públicas voltadas à esta forma de produção e trabalho nos espaços rurais foram extintas ou sofreram grandes reduções orçamentárias. Os retrocessos podem gerar efeitos preocupantes, como o aumento do êxodo rural,

⁴Grisa e Schneider (2014) salientam que a definição destas gerações de políticas públicas para a agricultura familiar não significa que uma geração precede a outra ou encerram seu ciclo para outra geração surgir; elas ocorrem concomitantemente, integram-se e sofrem reajustes constantes no tempo e espaços sociais.

empobrecimento dos agricultores familiares ou até aumento da pressão antrópica sobre os recursos naturais.

A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO

Desde meados da década de 1980, o modelo de produzir e consumir alimentos foi se globalizando, dessa forma, a alimentação se desenraizou dos locais e foi perdendo a ligação com sua base natural de produção e consumo. Neste cenário, cresce a preocupação com o poder corporativo do sistema agroalimentar, pois concentração e globalização das suas cadeias de valor são suas características mais salientes (PLOEG, 2008).

Nas cadeias agroalimentares longas a interação entre o produtor e o consumidor é praticamente inexistente, sendo que o alimento perde sua identidade e procedência, deixando de ter vínculos com os locais de produção-consumo. Formuladores de políticas públicas, cientistas e outros atores sociais (consumidores, movimento sociais, agricultores, entre outros) tem-se mobilizado e buscado construir alternativas a este sistema (agro)alimentar, hegemônico, diante da importância dos alimentos para a reprodução da humanidade, estabilidade econômica, social e política das nações (CARON et al, 2018).

De acordo com Gazolla e Schneider (2017), as cadeias curtas surgem com o objetivo de construir novas formas de interação entre produção e consumo, resgatando a procedência e a identidade dos alimentos. Em sua dinâmica de funcionamento, as cadeias curtas não estão determinadas apenas pelos mecanismos neoclássicos dos preços nas praças de mercados, mas também por novos valores sociais, culturais, étnicos e ambientais. Segundo Schneider e Ferrari (2015), trata-se de uma estratégia na tentativa de obter uma quantidade maior no valor gerado, além de representar recuperação e valorização dos processos artesanais, vinculados ao patrimônio histórico e cultural e o “saber-fazer” em torno dos alimentos dos territórios.

As cadeias curtas buscam uma alternativa à lógica do sistema alimentar dominante, no sentido de aproximar a produção ao consumo, reconectando-os. Assim, as cadeias curtas tornam possível a interação entre produtores e consumidores dos alimentos, em nível local/regional especialmente. As principais cadeias curtas existentes e estudadas na literatura internacional são: as vendas diretas nas propriedades, feiras locais, lojas de agricultores, mercados dos agricultores/produtores (*farmers markets*), as vendas de porta em porta (*box schemes*), a colheita direta pelos consumidores nas unidades produtivas (*pick your own*), o comércio eletrônico, formas de codivisão dos riscos de produção dos alimentos entre consumidores e produtores, as Comunidades de Suporte a Agricultura (CSAs), os grupos de consumidores coletivos e as diversas modalidades de associações entre produtores e consumidores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Marsden, Banks e Bristow (2000) classificam e definem três tipos de cadeias curtas, sendo esta tipologia reconhecida e utilizada na maioria dos estudos internacionais sobre o tema até hoje: (a) face a face: o consumidor adquire o produto direto do produtor, sendo que aspectos de confiança e autenticidade são mediados pela interação social entre ambos; (b) proximidade espacial: os produtos são produzidos e comercializados na região específica, geralmente no local ou região de produção; (c) as cadeias espacialmente estendidas: são

aquelas em que é necessário a transmissão dos valores e significados do produto e do local de produção para os consumidores que são de fora da região de produção (através de selos e certificações).

Em algumas situações específicas, os canais diretos são os principais meios de comercialização dos agricultores, pois possibilitam maior autonomia, devido aos agricultores produzirem seus alimentos e venderem aos consumidores que já são conhecidos a um preço negociado na hora da troca. Segundo Gazolla e Schneider (2017, p. 183) “a força motriz que dita a evolução e dinâmica destes canais são as estratégias adotadas pelo núcleo familiar em comercializar os alimentos na esfera local”.

As cadeias alimentares curtas proporcionam produtos com qualidade diferenciada, valoriza a origem do alimento e o território, estimula a confiança e reciprocidade, além de ser uma estratégia para a viabilização da agroindústria familiar, em que aumenta os ganhos econômicos e a autonomia dos agricultores (WESZ JUNIOR, 2017). Schneider e Ferrari (2015) afirmam que nesse processo de construir e consolidar mercados alternativos, além da expansão dos circuitos locais, como as feiras e vendas diretas, consolidou-se o movimento da produção orgânica/agroecológica brasileiro e a formação de agroindústrias familiares rurais em várias regiões do país.

As feiras livres estudadas neste trabalho, podem ser enquadradas enquanto objeto de estudo, como um tipo específico de cadeia curta, do primeiro tipo, as *face a face* como acima mencionado. Cassol e Schneider (2017, p. 203) afirmam que “[...] em seu interior consumidores e produtores interagem relacionalmente através de interações face a face, permitindo com que valores sociais e culturais (além do mercantil) circulem no interior dos territórios”. Nesse processo de interação entre produtores e consumidores, os mesmos acabam compartilhando valores sociais e culturais que são os responsáveis por gerar uma relação de confiança entre ambos.

Nestes espaços sociais, além da renda obtida pela comercialização dos produtos, ocorre a socialização entre os atores. De acordo com Silvestre, Calixto e Ribeiro (2005, p. 07), as feiras “além de ser o lugar das vendas, é também do encontro, da articulação política e sindical, de amizade, de reprodução da identidade e da cultura [...]”. Além de atuar na promoção do desenvolvimento local e rural, não só em aspectos econômicos, como também na valorização de fatores culturais, as feiras se apresentam como uma importante política distributiva (SILVESTRE; CALIXTO; RIBEIRO, 2005).

O PROGRAMA SC RURAL

O Programa SC Rural foi uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina com financiamento de Banco Mundial (BIRD). O financiamento de US\$ 189 milhões, dos quais US\$ 90 milhões financiados pelo BIRD e US\$ 99 milhões aplicados com recursos orçamentários do Estado, visou consolidar a proposta de política pública para o desenvolvimento do meio rural de Santa Catarina. O programa iniciou em 2010 e teve seu término em 2017, sendo que o principal objetivo do SC Rural foi aumentar a competitividade

das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas (MANUAL OPERATIVO, 2014).

O Programa deu continuidade a uma política pública iniciada com os programas chamados Microbacias, porém, atuou em novos desafios, apoiando planos de negócio com um enfoque amplo. Os planos de negócio apoiavam atividades de melhoria de produção de matéria prima, classificação, beneficiamento e transformação de produtos vegetais e animais, e ainda atividades não agrícolas como turismo e artesanato (SC RURAL, 2019).

Além do apoio aos planos de negócio, através de subsídio financeiro, o Programa SC Rural atuou nas atividades de: assistência técnica e extensão rural; pesquisa e estudos; capacitação de técnicos e beneficiários nas áreas técnica e gerencial; gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas; cursos em gestão, liderança e empreendedorismo para jovens do campo e do mar e de protetores ambientais; apoio a projetos em atividades não agrícolas como turismo e artesanato; estruturação de roteiros turísticos; apoio à organização de agricultores para atividades de certificação fitossanitária, inspeção e certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose; monitoramento da qualidade de produtos de empreendimentos e da produção orgânica; implantação de projetos pilotos de oferta de internet e telefonia a comunidades rurais, com capacitações em inclusão digital; melhoria de estradas rurais em complementação aos projetos apoiados, entre outras (SC RURAL, 2019).

A responsabilidade pela coordenação do Programa foi da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca através da Secretaria Executiva Estadual do Programa SC Rural, tendo como executoras as empresas vinculadas Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) e Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CIDASC), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA/IMA) e Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina (MANUAL OPERATIVO, 2014).

METODOLOGIA DA PESQUISA

O objeto deste estudo são as políticas públicas voltadas a agricultura familiar, especificamente, o Programa SC Rural e as políticas públicas locais da EPAGRI, Prefeitura Municipal e da COAFAX, no Município de Xaxim/SC, localizado na Região Oeste Catarinense, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Assim, a pesquisa visa evidenciar e analisar as ações realizadas pelos atores sociais e recursos financeiros vinculados por estas políticas públicas para a construção do espaço da agricultura familiar, de forma a demonstrar os resultados destas políticas para a comercialização deste segmento social, para os consumidores que frequentam o espaço da feira e o desenvolvimento local e rural do município.

De modo a caracterizar os respondentes desta pesquisa, a feira da agricultura familiar do município de Xaxim/SC é composta por agricultores familiares do entorno do município. Entre os alimentos e produtos comercializados pelos feirantes, destaca-se hortaliças, verduras e frutas. Há ainda, agricultores que transformam seus produtos através da agroindústria e

vendem pães, cucas entre outros. O grupo de feirantes é composto, de modo geral, por casais o que gera um ambiente familiar na feira.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso da feira da agricultura familiar do município de Xaxim/SC. Temporalmente, esta pesquisa foi realizada durante os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, usando como instrumentos de coleta de dados, a aplicação de 14 entrevistas semiestruturadas. Primeiramente, se realizou entrevistas com três atores públicos que representam a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Secretaria de Agricultura de Xaxim/SC. Esses atores estiveram e permanecem envolvidos no processo de consolidação da feira da agricultura familiar do município de Xaxim, sendo que esse primeiro contato permitiu conhecer o contexto da antiga feira e a necessidade da construção de um novo espaço.

A partir desse primeiro contato, foram selecionados os feirantes, sendo que o critério de seleção dos respondentes foi feirantes que atuavam no antigo espaço da feira da agricultura familiar e que passaram a comercializar seus produtos e alimentos no novo espaço. Dessa forma, foram entrevistados cinco feirantes utilizando esse critério, sendo que as entrevistas foram realizadas no espaço da nova feira tendo como respondente um representante da família.

Figura 1 – Mapa com a localização do Município de Xaxim no estado de Santa Catarina.



Fonte: Adaptado de QGIS pelos autores (2018).

Adicionalmente, no intuito de compreender a dinâmica do antigo espaço foi entrevistada uma das famílias fundadoras da antiga feira, entrevista essa realizada no domicílio da mesma. Por fim, de maneira aleatória, foram entrevistados cinco consumidores que frequentam a feira da agricultura familiar, no sentido de compreender a importância do espaço e os motivos que o levam até a feira. Além das entrevistas semiestruturadas, foram utilizados dados secundários, por exemplo, o projeto de construção do centro de comercialização e o manual operativo do programa SC Rural.

Diante do exposto, o estudo caracteriza-se como qualitativo, conforme Richardson (2010), a metodologia qualitativa permite descrever a complexidade e possibilita compreender em profundidade as particularidades dos fenômenos, o que permite o entendimento das particularidades dos indivíduos. Além disso, Oliveira (2012, p. 37) afirma que é um “[...] processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. A partir desse pressuposto, aborda-se a seguir os principais achados desta pesquisa.

A CONTRIBUIÇÃO DO SC RURAL E DAS POLÍTICAS LOCAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo desta seção é analisar a contribuição do Programa SC Rural e das políticas públicas locais (EPAGRI, Prefeitura Municipal e COAFAX) para a consolidação do espaço da feira da agricultura familiar do Município de Xaxim/SC. Inicialmente apresentar-se-á o contexto social da antiga feira e os motivos que geraram a necessidade de um novo espaço. Na sequência, descreve-se e analisa-se o papel das políticas públicas acima mencionadas na consolidação do novo espaço da feira, bem como alguns de seus resultados gerados.

O ANTIGO ESPAÇO DA FEIRA

As feiras constituem importantes canais de comercialização dos produtos e alimentos da agricultura familiar. Ao longo dos anos foram se modificando, melhorando seus espaços, ampliando a variedade de produtos, para atender os consumidores cada vez mais exigentes e reflexivos e estar conformidade com as exigências sanitárias do Estado em vários níveis.

Conforme o relato de um dos feirantes pioneiros, a antiga feira da agricultura familiar do Município de Xaxim iniciou as suas atividades no ano de 1988, localizada na Rua Dez de Novembro, na região central do município. O horário de funcionamento do local foi se alterando com o passar dos anos, no início a feira atendia nas sextas-feiras, a partir das 18 horas, depois passou a funcionar nas terças e sextas-feira e, por último, aos sábados pela manhã, a partir das 05 horas.

No início, faziam parte da feira cerca de doze feirantes, com uma grande variedade de alimentos: panificados, hortaliças, frutas e raízes, derivados de cana, além de outros produtos. O relato dos feirantes demonstra que o número de clientes também era expressivo, o que trazia um bom retorno financeiro aos agricultores. Neste sentido, um dos entrevistados (feirantes) mencionou que no início a feira fornecia um rendimento maior que o plantio de milho. Adicionalmente, o mesmo entrevistado acrescentou que foi por meio do dinheiro da feira que foi possível a compra de um veículo novo para a família. Percebe-se, portanto, que o antigo local foi importante para as famílias que comercializam seus produtos e alimentos na

feira, sendo uma fonte de renda e permitindo a aquisição de alguns bens essenciais aos agricultores.

De acordo com o relato dos feirantes, o preço dos produtos comercializados no antigo espaço deveria ser cerca de 15% a 20% menor, se comparado aos supermercados e, mesmo assim, gerava boa rentabilidade aos feirantes. Além disso, a feira não era restrita aos agricultores, atores da área urbana também comercializavam produtos como panificados e alimentos embutidos, fator que em certas ocasiões gerava conflito.

Com o passar dos anos, o número de consumidores daquele espaço foi diminuindo e, por consequência, o número de feirantes passou de doze para seis. O principal motivo que gerou essa situação foi o ambiente inadequado para a comercialização de alimentos. Além disso, os produtos comercializados não necessariamente estavam em conformidade com as legislações sanitárias. A feira finalizou suas atividades em julho de 2018 neste local e foi reinaugurada logo após, em novo espaço.

Diante das dificuldades de comercialização, percebeu-se a necessidade da construção de um novo espaço, visando atender a demanda dos produtores e consumidores, bem como estar em conformidade com as normas sanitárias. Através do Programa Santa Catarina Rural (SC Rural), visualizou-se a possibilidade de resolução do problema. Dessa forma, a COAFAX (cooperativa que possui dentre seus associados os agricultores familiares que são feirantes), com o auxílio da EPAGRI e Prefeitura Municipal, estruturaram o projeto encaminhado ao programa SC Rural, conforme pode-se visualizar no Quadro 1, que demonstra os princípios sobre os quais este foi construído.

Quadro 1 – Projeto para a construção do centro de comercialização enviado ao Programa SC Rural

Título do projeto	Centro de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar de Xaxim – SC.
Proponente	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim – COAFAX.
Problema básico	Dificuldade para comercialização dos produtos.
Objetivo geral	Obter espaços onde os agricultores associados à COAFAX – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim possam comercializar os produtos oriundos das suas propriedades gerando maior oportunidade de renda.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Propiciar aos agricultores associados à Cooperativa maior apropriação de renda sobre seus produtos. - Estimular o comércio local, oportunizando aos consumidores a aquisição de alimentos de qualidade produzidos no próprio município. - Apoiar estrategicamente os agricultores ligados ao PAA e PNAE como forma de fortalecer os programas uma vez que são mercados garantidos e importantes para os mesmos.
	<ul style="list-style-type: none"> - O município de Xaxim possui um número significativo de propriedades, principalmente pequenas propriedades que necessitam de alternativas de renda, por outro lado o município possui uma população de 25.713 habitantes, sendo que 81.5% residem no meio urbano gerando demanda por alimentos. - A organização dos agricultores em forma de cooperativa permitiu que juntos pudessem oferecer uma grande quantidade e variedade de alimentos. - O grupo tem um grande potencial para produção de alimentos sendo que produz: abacate, batata salsa, bergamota, laranja, lima, limão, melancia, morgote, pêssego, uva, agrião, alface, batata doce, beterraba, cenoura, chicória, chuchu, couve-folha, feijão, mandioca, milho verde, moranga, repolho, rúcula, tempero verde e tomate. Além de produtos industrializados como:

Justificativa	<p>açúcar mascavo, doce de frutas, manteiga, mel, melado, queijo colonial, queijo parmesão, agnolini, biscoito, cuca, macarrão, massa pastel, pão, vinho, vinagre e poderá produzir muitos outros desde que haja um espaço permanente para comercialização.</p> <p>- O valor bruto estimado da produção de alimentos dos sócios da COAFAX para o ano de 2014 é de R\$3.244.990,90.</p> <p>- Dentre os sócios da cooperativa já existem agroindústrias familiares, sendo 01 queijaria, 04 unidades de panificados, 03 unidades de processamento de mandioca, 02 unidades de processamento de cana de açúcar (açúcar e melado), 01 unidade de beneficiamento de citros e 04 unidades de extração de mel.</p> <p>- Há um número significativo de agricultores que produzem ou estão se adequando para produzir de forma orgânica que permite a produção diferenciada, com baixo impacto ambiental e sem resíduos tóxicos nos produtos.</p> <p>- A venda direta aos consumidores fará com que os agricultores apropriem-se de uma parcela maior sobre a renda gerada e oportuniza aos consumidores acesso a produtos diferenciados produzidos no próprio município, aquecendo o comércio local.</p>
Beneficiários	Agricultores associados da COAFAX e feirantes, num total de 107 famílias.
Metas e resultados esperados	Construção de um centro de comercialização dos produtos da agricultura familiar, que engloba: espaço para feira-livre, espaço de comercialização permanente e espaço para recebimento e controle de qualidade dos produtos comercializados dos programas institucionais como PAA e PNAE.
Principais parcerias	Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura.
Gestão social	Direção da Cooperativa, equipe técnica da Epagri.

Fonte: Projeto do Centro de Comercialização (2013).

O projeto enviado ao programa SC Rural evidencia a importância de um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar para o Município de Xaxim/SC. O objetivo principal do projeto elaborado pela Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim (COAFAX) foi buscar recursos junto ao SC Rural para a consolidação do espaço, considerando a necessidade dos agricultores terem um local para a comercialização de seus alimentos. Dessa forma, gerando renda aos agricultores e, oportunizando aos consumidores produtos diferenciados e, portanto, aquecendo o comércio local.

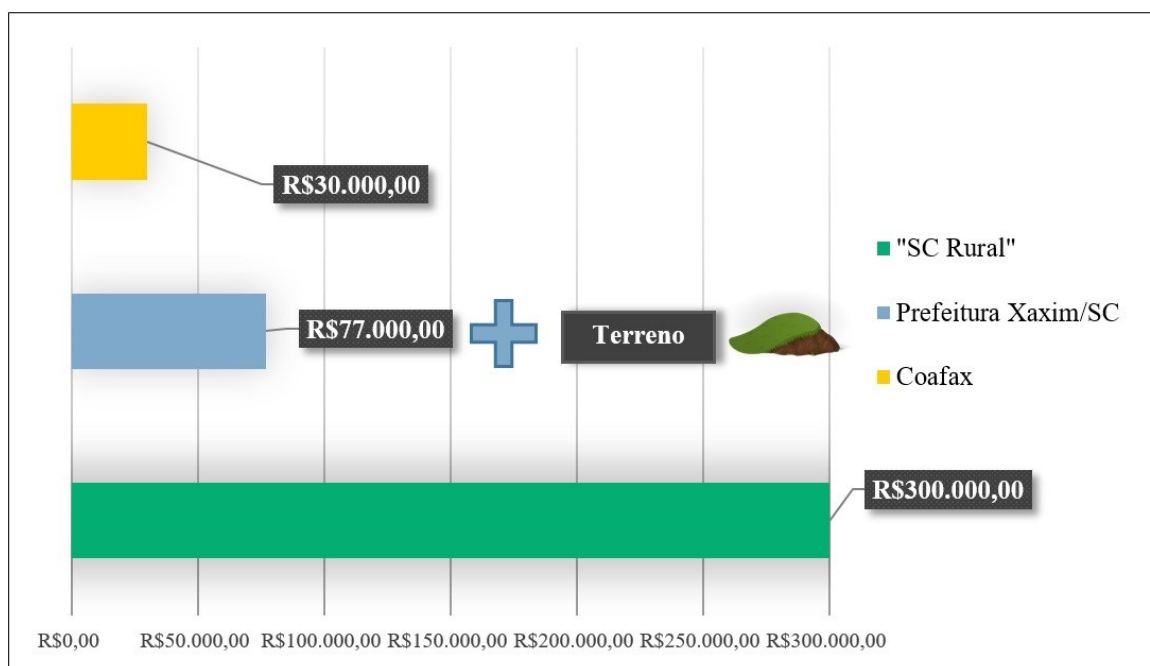
O projeto evidencia a necessidade de haver maior apropriação de renda sobre os produtos e alimentos comercializados pelos agricultores, o estímulo ao comércio local e a oportunidade do consumidor adquirir alimentos de qualidade. A organização dos agricultores em formato de cooperativa é uma característica que fortalece o espaço da feira e, possivelmente, foi um dos pontos chave para a aprovação da proposta enviada ao SC Rural.

O NOVO ESPAÇO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A COAFAX foi contemplada pelo SC Rural para a construção de um centro de comercialização. O espaço, com área total de 433,75 m², inclui um mercado permanente para comercialização de alimentos da agricultura familiar, sala de recebimento e entrega de alimentos para os programas institucionais (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e para o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o espaço de funcionamento da feira da agricultura familiar.

A construção do centro de comercialização ocorreu através do repasse financeiro do programa SC Rural (R\$ 300 mil), administração municipal de Xaxim/SC (R\$ 77 mil de contrapartida financeira) e os associados da COAFAX (R\$ 30 mil de contrapartida financeira), conforme visualiza-se na Figura 02. Além do contribuição em dinheiro, a prefeitura de Xaxim também auxiliou com a doação do terreno. A figura evidencia a contribuição, principalmente do programa SC Rural, para a consolidação do espaço de comercialização. A partir do repasse do programa, ocorreu a contribuição da administração municipal e da COAFAX como contrapartida financeira de 1/3 dos valores em relação ao desembolso do SC Rural. Para ajustar os últimos detalhes para que o local entrasse em funcionamento, a COAFAX auxiliou na construção do centro de comercialização.

Figura 2 – Participação das entidades para a construção do centro de comercialização.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A iniciativa para a construção de um espaço de comercialização foi da própria Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim. Dessa forma, em 2013 foi encaminhado um manifesto de interesse ao SC Rural, o qual foi aprovado e na sequência, foi escrito o projeto, em uma ação conjunta entre cooperativa, EPAGRI e administração municipal, que também apoiou o projeto e sua aprovação. A partir disso, iniciou-se as discussões para a implementação do espaço de comercialização. Percebe-se que houve uma importante aproximação entre os envolvidos e uma ação participativa desde as primeiras discussões até a implementação dessa política pública.

Durante o processo de implementação ocorreram problemas em relação ao terreno, que precisou ser renegociado com a administração municipal, alterando o local da construção. O centro de comercialização da agricultura familiar ficou pronto em 2017. De acordo com um dos entrevistados, o objetivo do projeto era criar um espaço de comercialização para os agricultores venderem os produtos oriundos de suas propriedades, gerando maior oportunidades de renda. No entanto, a proposta ainda prevê o funcionamento de um mercado

permanente para a venda dos produtos da agricultura familiar, o que está em processo de efetivação e deve iniciar as atividades no ano de 2019.

O novo espaço da feira da agricultura familiar foi inaugurado no dia 04 de agosto de 2018, na Rua Coronel Ernesto Bertaso, no Bairro Guarani, Xaxim/SC (Figura 3). A feira funciona aos sábados das 06:30 às 11:00 horas e, atualmente, conta com doze feirantes. São comercializados: panificados, massas, sucos, derivados de cana, hortaliças, frutas, tubérculos e raízes, geleias, além de outros alimentos produzidos pelos agricultores. As feiras são espaços de fornecimento de diversidade de alimentos, o que é evidenciada na pesquisa de Radomsky e Ávila (2018) realizada em duas feiras de Porto Alegre/RS e confirmada nesta pesquisa. Conforme os referidos autores, os produtos expostos mostram a diversidade dos alimentos, a garantia de opções variadas, o que fortifica as feiras como espaços de comércio, trocas e interação.

Figura 3 – Espaço e alguns alimentos da feira da agricultura familiar



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

As imagens evidenciam a variedade de alimentos comercializados pelas famílias entrevistadas. Como já mencionado anteriormente, foram entrevistados os feirantes que comercializavam seus alimentos no antigo espaço e passaram a integrar o novo espaço de comercialização. A partir das imagens observa-se um esforço dos feirantes em colocar à disposição do consumidor a maior diversidade de alimentos possível, sem deixar de prezar pela boa aparência dos produtos. No quadro 2, pode-se verificar os alimentos que cada uma das cinco famílias entrevistadas comercializam na feira, evidenciando a diversidade alimentar antes mencionada.

Quadro 2 – Alimentos comercializados pelas famílias entrevistadas

Família	Produtos comercializados na feira
Almeida	Pães, cucas, bolachas, pasteis, bolos entre outros panificados produzidos na agroindústria familiar.
Zamprogna	Pêssego, milho verde, uva, laranja, abóbora, alface entre outros produtos.
Leite	Alface, cenoura, beterraba, tomate, brócolis, couve, repolho, temperos, rúcula, acelga entre outros produtos. A propriedade possui selo orgânico pela certificação participativa.
Sartor	Feijão, mel, banana, vinho, chuchu, berinjela, abóbora, mamão, tomate, pêssego, repolho, etc.
Turcatel	Compotas, doces de frutas, vinagre, caldo de cana, abóbora, feijão de vagem, melão, uva entre outros.

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A pesquisa de campo também revelou que o novo espaço da feira da agricultura familiar é direcionado exclusivamente aos agricultores familiares e está em conformidade com as normas sanitárias. Os feirantes afirmam que o ambiente novo proporcionou uma série de mudanças e trouxe para a feira aquelas pessoas que não achavam o espaço antigo adequado para adquirir alimentos. Além disso, os antigos clientes continuam frequentando o novo local de comercialização. Radomsky e Ávila (2018) esclarecem que as feiras atraem consumidores pela proposta de um contato mais direto, o que permite que os consumidores questionem acerca da qualidade e a procedência dos alimentos.

A partir do diálogo com os feirantes evidenciam-se aspectos que prejudicavam a permanência da feira no antigo espaço e pode explicar o reduzido número de clientes, conforme o relato abaixo deixa transparecer:

Lá a gente estava em poucos feirantes, tinha muitos sábados que a gente ia lá, tinha carro que incomodava, tinha um monte de coisas que impedia a gente de trabalhar. O aspecto, o ambiente era meio ruim, não ia muita gente. As pessoas passavam na frente da feira, davam uma olhada e não se encorajavam de entrar. Era um lugar que só iam homens. E aqui a gente tem as mulheres junto. Os fregueses se sentem melhor e além dos fregueses que nós tinha lá, aqui começou a vir muita gente nova, gente que não tinha o hábito de vir na feira e agora vem (Entrevista nº 02, agricultor familiar, Xaxim/SC, 2018).

Percebe-se que o novo ambiente facilitou a comercialização dos alimentos e permitiu que novos consumidores acessem a feira da agricultura familiar. O novo espaço também tornou a feira mais “familiar”, onde ocorre a convivência entre homens e mulheres feirantes e consumidores, tornando o ambiente mais agradável entre as pessoas que convivem no espaço. Neste contexto, Rambo, Pozzebom e Dentz (2019) citam as feiras livres da cidade de Chapecó/SC, as quais potencializam os circuitos curtos e aproximam os agricultores feirantes dos consumidores. Além disso, possibilitam uma alternativa de renda aos produtores e oportunidade de escolha aos consumidores.

Com o novo espaço, a renda de cada feirante também aumentou, fator que se repetiu no diálogo com os entrevistados. Um deles disse que se o faturamento no antigo espaço era de R\$ 100,00 por feira, agora ele comercializava em torno de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 por fim de semana. Silvestre, Calixto e Ribeiro (2005, p. 4) afirmam que “as feiras também se constituem em uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar”; estas consistem em uma alternativa para o agricultor familiar permanecer no meio rural, sendo uma fonte de renda complementar ou até mesmo principal das famílias.

A consolidação do novo espaço de comercialização foi possível por meio do esforço da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim (COAFAX), administração municipal e EPAGRI, que em conjunto desenvolveram o projeto e permitiu a consolidação de um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar no Município de Xaxim/SC.

Uma síntese das ações desenvolvidas pelas entidades pode ser observada no Quadro 03. A partir das ações desenvolvidas pelas referidas entidades, percebe-se que a COAFAX atuou de maneira muito presente desde o manifesto de interesse, até a execução e organização do espaço, além disso, os próprios agricultores participam na tomada de decisões que envolve o centro de comercialização, sendo que os processos são participativos e dialogados entre os atores sociais.

Quadro 3 – Ações desenvolvidas pelas entidades envolvidas no processo de consolidação do centro de comercialização.

Entidades	Ações
Programa SC Rural	Contrapartida financeira R\$300,000,00.
EPAGRI	Apoio na construção do manifesto de interesse e estruturação do projeto encaminhado ao programa “SC Rural”. A Epagri foi uma das executoras do programa e tem auxiliado na organização da feira, através de reuniões, além do acompanhamento aos agricultores no planejamento da produção para a comercialização na feira. Desenvolve capacitações visando o desenvolvimento das unidades produtivas. Presta assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares
Prefeitura de Xaxim/SC	Apoio na construção do manifesto de interesse e estruturação do projeto encaminhado ao programa “SC Rural”. Contribuição financeira R\$77.000,00 e doação de terreno para a construção do espaço.
Cooperativa dos agricultores familiares de Xaxim/SC (Coafax)	Iniciativa para a estruturação do manifesto de interesse e construção do projeto. A cooperativa formou uma comissão de acompanhamento durante o processo de consolidação do espaço. Contrapartida financeira R\$30.000,00. Realiza reuniões para a organização da feira.

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A administração municipal atuou ativamente na construção do projeto e consolidação do espaço, além da contribuição financeira e do terreno. No entanto, atualmente, percebe-se que a EPAGRI representa a maior contribuição aos agricultores vinculados a feira da agricultura familiar. Neste sentido, a EPAGRI tem desempenhado papel fundamental na organização da feira, participando de reuniões e auxiliando na organização da produção destinada a comercialização. A EPAGRI também presta serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.

Nessa perspectiva, o estudo de Darolt et al. (2016) constata que onde se verifica a formação de redes com apoio de políticas públicas e interação entre atores (poder público, entidades não-governamentais, organizações de agricultores e consumidores) observa-se avanços como na tomada de decisões e na gestão participativa.

De acordo com um dos atores públicos entrevistados, o maior desafio até o momento foi finalizar a obra e buscar mais recursos para a parte que o SC Rural não contemplou. No entanto, a partir de agora novos desafios se desenham, sendo que o principal deles é organizar os agricultores para manter e gerenciar o local, além de ‘profissionalizar’ os agricultores para

que possam produzir mais variedades de alimentos e com qualidade, a fim de ampliar o número de clientes e manter os já existentes.

O novo espaço da feira da agricultura familiar do Município de Xaxim/SC permitiu a inserção de um número maior de feirantes e a tendência, segundo a pesquisa de campo, é inserção de novos participantes feirantes, bem como de clientes e consumidores no novo espaço de comercialização, o que gerará novos desafios de gestão da feira, mas também produtivos, comerciais e organizacionais aos agricultores e entidades apoiadoras.

Neste sentido, o estudo de Cassol e Schneider (2015) ressalta a necessidade da incorporação de novos atores por meio de mercados locais, sendo formas de inclusão social do agricultor familiar. Adicionalmente, os atores compreendem que os mercados alimentares locais, e neste caso a feira, tem permitido a manutenção das famílias agricultoras, dos conhecimentos, práticas de produção entre outras características locais.

Visualiza-se ainda, que o sábado (dia da feira), é aguardado com ansiedade pelos feirantes, sendo definido como um dia de lazer e reencontro com os amigos. Este aspecto vem ao encontro da afirmação de Darolt et al. (2016), em que as feiras são espaços educativos e de lazer, em que ocorre grande interação entre feirantes e consumidores. Para alguns dos feirantes é o dia em que acontece a saída da propriedade e torna-se um momento de distração, convivência entre feirantes e clientes e troca de informações. As relações estabelecidas na feira geram um ambiente agradável entre as pessoas que frequentam o espaço, o que favorece relações para além das comerciais. A afirmação de Cassol e Schneider (2017), os quais asseguram que no processo de interação entre produtores e consumidores, os mesmos acabam compartilhando valores sociais e culturais que são os responsáveis por gerar uma relação de confiança, vem ao encontro com o que observa-se na feira estudada.

O que tem atraído a atenção dos consumidores é a identificação de cada família feirante. Todos os feirantes possuem uma placa com a identificação da família que está comercializando os alimentos, o que permite aos consumidores saber de quem está comprando e, de certa forma, a origem dos produtos. Isso nos faz retomar o que Gazolla e Schneider (2017) afirmam, quando dizem que o objetivo das cadeias curtas é resgatar a procedência e identidade dos alimentos. Percebe-se ainda que os consumidores no ambiente da feira valorizam o local e a procedência dos alimentos, além disso, buscam produtos mais naturais e com características locais. Neste sentido, Rambo, Pozzebom e Dentz (2019) defendem que as feiras aproximam consumidores dos agricultores religando-os em circuitos comerciais, simbólicos e na construção da sociabilidade. Além disso, possibilitam aos consumidores alimentos que fazem parte da cultura e hábitos de consumo locais, uma vez que a produção é efetuada pela agricultura familiar local.

A feira da agricultura familiar também atende a um público diferenciado, que geralmente são os primeiros a chegar na feira. Quando a feira da agricultura familiar abre, às 06:30 hs, entre os primeiros a chegar está o público haitiano que reside no município. Um dos consumidores entrevistados foi um consumidor que vive em Xaxim/SC há quatro anos. Os principais produtos adquiridos por esse público são verduras, legumes e frutas, em especial laranja, banana e mandioca. O entrevistado disse que a vantagem de comprar na feira é que o produto é melhor e mais barato, por isso, todos os sábados frequenta a mesma.

O estudo de Darolt et al. (2016), analisa as particularidades das redes alternativas de comercialização de produtos ecológicos e as relações produção-consumo na França e no Brasil demonstra que, os circuitos curtos permitem o fortalecimento de laços sociais com consumidores, melhora o padrão de vida e a requalificação de produtores e consumidores. A pesquisa também demonstrou que em ambos os países, a cooperação entre os atores e o engajamento político permite um maior nível de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa de Darolt et al. (2016), apontam ainda que os circuitos curtos permitem o contato direto com o consumidor, maior autonomia do agricultor e remuneração mais justa, o que também pode ser evidenciado neste estudo. Além disso, esses espaços possibilitam aos consumidores oportunidades para mudanças de hábitos alimentares e uma alimentação saudável. Adicionalmente, Rambo, Pozzebom e Dentz (2019) defendem que os circuitos curtos de comercialização tendem a contribuir com o desenvolvimento rural em suas diferentes dimensões: econômica, social e ambiental, contudo, é preciso avançar no fomento e na formulação de políticas públicas que impulsionem esse tipo de comércio de alimentos, como as feiras.

A partir dos resultados da pesquisa de campo, observou-se como essa política pública tem auxiliado no desenvolvimento rural e local do município, especialmente por propiciar um novo espaço de interação social entre agricultores e consumidores, através de ponto de abastecimento e de comercialização de alimentos da agricultura familiar. Conforme Fonseca et al. (2009) entre as fortalezas dos circuitos curtos está a troca de conhecimentos, saberes e sabores entre produtores, entre produtores e consumidores, entre consumidores. O centro de comercialização de produtos da agricultura familiar, em que a feira está inserida, tem permitido que agricultores familiares do município comercializem seus produtos e gerem renda, além de oportunizar aos consumidores que adquiram produtos de qualidade e, dessa forma, possuam acesso a alimentos mais saudáveis e sustentáveis, características centrais das cadeias curtas de abastecimento (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a contribuição do programa SC Rural e as políticas públicas locais (EPAGRI, COAFAX e Prefeitura Municipal) para a consolidação de um novo espaço da feira da agricultura familiar do Município de Xaxim/SC, constituindo uma nova cadeia curta alimentar que busca contribuir com o desenvolvimento local e rural do município e dos atores sociais envolvidos.

A pesquisa evidenciou que, a partir do problema enfrentado pela antiga feira da agricultura familiar do município, em relação ao ambiente de comercialização, incluindo a queda no número de feirantes e consumidores, a demanda por um novo espaço tornara-se fundamental para a continuidade deste ponto de abastecimento alimentar. Dessa forma, visualizou-se a possibilidade de resolução do problema por meio do Programa SC Rural. A partir da articulação dos membros da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim (COAFAX) com as outras instituições como Epagri e o governo municipal, foi possível a consolidação do projeto do centro de comercialização da agricultura familiar. Isso ressalta a importância da formação participativa da rede social em torno de um projeto e objetivo

comum dos atores sociais, no sentido de buscar coletivamente e colaborativamente sua concretização.

Atualmente a feira está em pleno funcionamento, novos feirantes integraram-se ao novo espaço e novos consumidores são atraídos ao local. A feira apresenta-se como um importante canal de comercialização curto de alimentos e produtos da agricultura familiar, onde ocorre o processo de reconexão entre agricultores e consumidores, sendo que a confiança aparece como um elemento chave. Nesse espaço, além da renda obtida pela comercialização dos produtos, ocorre a socialização entre os atores, trocas de conhecimentos e experiências socioculturais, sendo a feira um espaço social de relações multifacetadas para além das econômicas e das trocas mercantis.

Cabe ressaltar ainda a importância da feira enquanto uma cadeia curta de abastecimento e seus papéis no desenvolvimento local e rural. Para os consumidores a feira é um novo espaço de abastecimento alimentar, em que é possível adquirir alimentos diferenciados (por exemplo, em relação aos supermercados), sendo estes mais saudáveis e diversificados. Para os agricultores, a feira é uma oportunidade de construção social de um novo mercado, em que os mesmos podem escoar sua produção, gerar renda e viabilizar reinvestimentos na atividade de produção dos próprios alimentos ou até mesmo comprar outros bens de consumo necessários a família. Para as entidades envolvidas, o apoio a feira significa originar uma nova atividade, que agrega socialmente a população envolvida, desenvolvendo senso de pertencimento ao município, além de movimentar e aquecer a economia local.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

CARON, P. et al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 38, n. 41, p. 1-12, 2018.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 195-217.

_____; _____. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 143-177, 2015.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

ERICKSEN, P. J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Global Environmental Change**, p. 1-12, 2007.

FONSECA, M. F. A. et al. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2599-2602, 2009.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 175-194.

_____; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GRISA, C.; FEXOR, G. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: entre ideias, interesses e instituições. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2014. p. 1-17.

_____; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas interação ente sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UNB, 2009. p. 23-39.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Rural Sociol.**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MATTOS, L. M. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**. Análise n. 39/2017. p. 1-46.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PLOEG, V. D. J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. F. W.; ÁVILA, M. L. de L. Riscos, qualidades e sociabilidades em feiras: a perspectiva de feirantes em dois espaços de comercialização em Porto Alegre, RS. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 17, n. 32, p. 80-99, 2018.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; DENTZ, E. V. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o pnae e as feiras livres. **Revista Grifos**, n. 46, p. 9-26, 2019.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes agroalimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativos**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA CATARINA. **Manual operativo**: Programa Santa Catarina Rural. Versão 4. Edição revisada, ago. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Programa SC Rural**. Disponível em: <<http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/acoes/135-programa-sc-rural>> Acesso em: 20 jan. 2019.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005. p. 1-14.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. Políticas públicas de agregação de valor e as cadeias curtas: um olhar sobre o Pronaf-Agroindústria. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativos**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 491-508.

Artigo recebido em: 24/06/2019

Artigo aprovado em: 16/07/2019

Artigo publicado em: 02/08/2019